



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0009485-82.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços**
Requerente: **Jose Carlos da Cruz Andrade**
Requerido: **Luperplas Industria e Comercio de Plasticos Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que foi contratado pela ré para transportar-lhe tubos de esgoto e de solda até três cidade do Pará.

Alegou ainda que depois de fazer normalmente as entregas em duas cidades (Altamira e Anapú) foi detectada a falta de quinze tubos por ocasião da entrega na terceira cidade (Medicilândia).

Salientou que não teve ligação com esse fato, mas mesmo assim a ré descontou de seu pagamento o valor correspondente aos tubos não entregues.

Alguns dos aspectos fáticos trazidos à colação não suscitam maiores divergências.

Isso porque a ré em contestação reconheceu ter procedido a descontos no pagamento devido ao autor, o que sucedeu porque parte das mercadorias não foi localizada no momento em que deveria ter sido entregue.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Assentadas essas premissas, reputo que a pretensão deduzida não merece prosperar.

Com efeito, era do autor a obrigação de verificar se a carga colocada em seu caminhão estava em consonância com a documentação que recebeu para transportá-la, cabendo-lhe então – na hipótese de constatar a discrepância – tomar de imediato as providências cabíveis para a solução do problema.

Se não o fez, não poderá somente agora, constatada a falta de parte das mercadorias no momento de sua entrega ao destinatário, imputar à ré a culpa pelo ocorrido.

Os arts. 749 e 750 do Código Civil encerram regras que favorecem a ré, seja porque o último é explícito ao atribuir ao transportador a responsabilidade pela coisa desde que a recebe até a sua entrega, seja porque o primeiro impõe a ele implementar o transporte mantendo-a em bom estado até a respectiva entrega.

Ora, como nada de concreto nos autos indica que a ré tenha obrado em momento algum de forma irregular, reforça-se a convicção de que era do autor o ônus de zelar pelas mercadorias.

A ausência de parte delas quando da entrega a destinatários não pode produzir reflexos à ré diante da ausência de elementos consistentes que eximissem a responsabilidade do autor, transferindo-a à mesma.

É por tais razões que o pedido deve ser rejeitado, valendo ressaltar que os gastos indicados a fl. 65 encerram matéria não apresentada a fl. 01 e que, em consequência, extravasam o âmbito da lide.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intímese.

São Carlos, 21 de novembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**